

ANGELA SARTORI

Coordenadora

Prefácio

Ives Gandra da Silva Martins

QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO
ADUANEIRO E TRIBUTÁRIO
À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA
DOS TRIBUNAIS

2ª edição revista e ampliada

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Q5 Questões atuais de Direito Aduaneiro e Tributário à luz da jurisprudência dos tribunais / coordenado por Angela Sartori. - 2. ed. rev. e ampl. - Belo Horizonte : Fórum, 2019.

366 p. ; 14,5cm x 21,5cm.
ISBN: 978-85-450-0540-7

1. Direito. 2. Direito aduaneiro. 3. Direito tributário. 4. Jurisprudência. I. Sartori, Angela. II. Título.

CDD 343.096

CDU 347.79

2018-668

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SARTORI, Angela (Coord.). *Questões atuais de Direito Aduaneiro e Tributário à luz da jurisprudência dos tribunais*. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 366 p. ISBN 978-85-450-0540-7.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Ives Gandra da Silva Martins	13
---	----

APRESENTAÇÃO

Angela Sartori	15
-----------------------------	----

O INSTITUTO DA DECADÊNCIA NO COMÉRCIO EXTERIOR

Mércia Helena Trajano Damorim	17
--	----

O CONTROLE DO VALOR ADUANEIRO NA IMPORTAÇÃO

Fernando L. Lobo d'Eça	33
-------------------------------------	----

1	Introdução.....	33
2	As fontes de controle do valor aduaneiro na importação.....	35
	a) Os métodos de valoração do AVA-GATT	37
3	O objeto do procedimento de valoração aduaneira. Os limites entre o comércio exterior e o comércio interno e a revisão aduaneira.....	41
	a) O negócio jurídico subjacente à importação e os pressupostos legais de sua valoração	44
	b) Os critérios paradigmáticos (temporal e quantitativo) da valoração.....	49
	c) A retenção e a liberação de mercadorias importadas objeto de valoração	51
4	As penalidades aplicáveis no procedimento de valoração....	55
	a) Ideias introdutórias.....	55
	b) Os casos de dúvida gerada pela falta de guarda ou apresentação de documentos e respectivos registros contábeis	60
	c) Os casos de comprovada fraude, sonegação ou conluio e o crime de descaminho	62

1) O subfaturamento e a falsidade de declaração do importador.....	67
2) O perdimento de bens: O subfaturamento qualificado pela falsificação de documentos e a interposição fraudulenta de pessoas	71
3) A multa alternativa da pena de perdimento	76
Referências	81

O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA NAS IMPORTAÇÕES DE SERVIÇOS

Cláudio Augusto Gonçalves Pereira	83
1 Introdução.....	83
2 O imposto sobre serviços no estado brasileiro: Resgate histórico.....	84
3 Conceito de serviços.....	85
4 Importação.....	88
4.1 Importação de serviços: Visão geral	88
4.2 Importação de serviços: Visão pela Lei Complementar nº 116/2003	90
5 Conclusão	93

TRIBUTAÇÃO DE SOFTWARE NA IMPORTAÇÃO

Dalton César Cordeiro de Miranda	95
1 Introdução.....	95
2 O computador e o <i>software</i>	95
3 A disciplina do <i>software</i> no sistema jurídico brasileiro	96
4 O conceito jurídico de <i>software</i>	97
5 Natureza dos fatos e relações jurídicas relacionadas ao <i>software</i>	98
6 Imposto de importação e <i>software</i>	98
7 A jurisprudência do Tribunal Administrativo Federal sobre a tributação de <i>software</i> na importação	99
8 Conclusão	107

ROYALTIES, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E NORMA INTERPRETATIVA

Gilberto de Castro Moreira Junior, Flora Ferreira de Almeida	109
1 Introdução.....	109
2 Conceito de <i>royalties</i> no direito brasileiro	109

3	Hipótese de incidência da <i>Cide-Royalties</i>	110
4	Jurisprudência do CARF	113
5	Alteração legislativa – Lei nº 11.452/2007 – Norma interpretativa	120
	Referências	125

VEDAÇÃO AO DIREITO DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LEI Nº 13.137, DE 19 DE JUNHO DE 2015. INCONSTITUCIONALIDADE

	Rangel Perrucci Fiorin	127
1	Resumo.....	127
2	Introdução.....	127
3	Das sucessivas alterações legais da COFINS e a não cumulatividade	128
	Referências	137

O NOVO DRAWBACK “FLEX”

	Luís Eduardo Garrossino Barbieri	139
1	Introdução.....	139
2	A evolução histórica da legislação	140
3	Reflexões sobre as consequências jurídicas decorrentes da “flexibilização”	148
3.1	Vinculação física x fungibilidade	149
3.2	Mercadorias equivalentes.....	150
3.3	Formalidades na comprovação.....	151
3.4	A possibilidade de substituição das mercadorias (flexibilização ou fungibilidade) poderá ser aplicada aos casos em litígio?	152
3.5	A flexibilização do regime e os acordos e tratados internacionais	154
4	Conclusão	154

DRAWBACK E A QUESTÃO POLÊMICA DE TRIBUTAR OU NÃO AS EXPORTAÇÕES AMPARADAS POR ESTE REGIME

	Angela Sartori	157
1	Regimes aduaneiros especiais e sua natureza jurídica	157
2	Os regimes aduaneiros especiais existentes no Direito brasileiro	160

3	Definição legal – <i>Drawback</i> , um incentivo à exportação.....	160
4	Benefícios do regime e tributos alcançados	163
4.1	Beneficiários do regime.....	167
4.2	Produtos aos quais se aplica	168
4.3	Produtos ou situações de aplicação vedada	169
4.4	Modalidades e submodalidades de <i>Drawback</i>	170
4.5	Requisitos para concessão e processamento do regime.....	172
4.6	Operações de industrialização permitidas.....	172
4.7	Saldo comercial positivo.....	173
5	Aspecto polêmico – A exportação no <i>drawback</i> pode ou não ser tributada	174
6	Conclusão	182

A ZONA FRANCA DE MANAUS E A ISENÇÃO DE PIS E COFINS

Fabiola Cassiano Keramidas	183	
1	Introdução.....	183
2	Da venda de produtos para empresas situadas na Zona Franca de Manaus.....	186
3	Do arcabouço legislativo específico do PIS.....	186
4	Do arcabouço legislativo específico da Cofins	188
5	O cerne da questão – A problemática instaurada com a interpretação das normas de PIS e COFINS e das decisões proferidas pelo STF	190
6	A jurisprudência dos tribunais: Judicial e administrativo.....	193
	a) Tribunal Administrativo – Carf.....	194
	b) Análise das Decisões Administrativas	197
	c) Entendimento do Superior Tribunal de Justiça	207
7	Conclusão	209

INTERPOSIÇÃO FRAUDENTA EM OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO

Solon Sehn	210	
1	Introdução e delimitação do tema.....	211
2	Modalidades de importação no direito brasileiro	212
3	Objetividade jurídica do tipo infracional	214
4	Tipificação e natureza da infração	217

5	Penalidades aplicáveis	223
6	Conclusão	229
	Referências	230

CUMULAÇÃO DE PENALIDADES ADUANEIRAS: PENA DE PERDIMENTO, MULTA POR SUBFATURAMENTO E MULTA DE OFÍCIO QUALIFICADA

	José Fernandes do Nascimento	233
1	Introdução.....	233
2	Da pena de perdimento à multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria	234
3	Do concurso de infrações aduaneiras.....	236
4	Características da pena de perdimento e da multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria.....	238
5	Falsidade da fatura comercial e o subfaturamento.....	239
6	A infração e a multa por subfaturamento.....	242
7	Aplicação da multa por subfaturamento cumulada com a multa de ofício qualificada.....	245
8	A pena de perdimento ou multa equivalente ao valor aduaneiro e a multa por subfaturamento	248
8.1	Aplicação da pena de perdimento ou da multa por subfaturamento.....	249
8.2	Aplicação da multa equivalente ao valor aduaneiro ou da multa por subfaturamento	251
9	Aplicação da multa equivalente ao valor aduaneiro cumulada com a multa de ofício qualificada.....	254
10	Considerações finais.....	255
	Referências	257

ASPECTOS JURÍDICOS DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE CONTROLE ADUANEIRO

	Walter Machado Veppo	259
1	Introdução.....	259
2	Uma sinopse sobre a pena de perdimento no ordenamento jurídico brasileiro	261
3	O despacho aduaneiro e o início do procedimento especial de controle aduaneiro	263

4	Tipicidade – motivos determinantes para instauração do procedimento especial de controle aduaneiro.....	265
5	O princípio da proporcionalidade e o prazo de retenção dos bens para efeitos de controle aduaneiro	270
6	A instauração do procedimento especial – questões controvertidas	272
7	A questão da apreensão cautelar dos bens pela administração aduaneira	275
8	O encerramento do procedimento especial e seus reflexos	278
9	Conclusão	281
	Referências	283

UMA REFLEXÃO SOBRE OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Antonio Cecílio Moreira Pires,

Eduardo Stevanato Pereira de Souza,

Lilian Regina Gabriel Moreira 285

1	Introdução.....	285
2	A existência do processo administrativo	287
3	Processo administrativo – conceito.....	290
4	Aspectos constitucionais do processo administrativo	293
5	Princípios de direito público e o processo administrativo	296
6	Princípios processuais propriamente ditos.....	302
7	Conclusão: função administrativa e a atividade judicante.....	305
	Referências	311

A TRIBUTAÇÃO NA CESSÃO DE *SOFTWARE* DO EXTERIOR

Gileno Gurjão Barreto , Leticia Marques Netto 313

1	Introdução.....	313
2	Parâmetros e definições	314
3	A controvertida tributação do <i>software</i> no âmbito do ISS x ICMS: Previsão legal e jurisprudência	316
4	PIS/COFINS – Importação na importação de <i>software</i> por <i>download</i>	324
5	Aplicação do regime não cumulativo às operações subsequentes, com <i>software</i> nacionais ou importados.....	329
6	Conclusões.....	339

**REFLEXÕES SOBRE A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA
NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL**

Angela Sartori, Carlos Eduardo de Biasi	341
1 Introdução.....	341
2 O procedimento amigável em matéria tributária internacional.....	342
3 A cláusula arbitral no âmbito internacional e suas críticas.....	347
4 A arbitragem em matéria tributária no Brasil e as principais críticas.....	352
5 Reflexões sobre a Arbitragem e a aplicação da legislação no Brasil.....	356
6 Conclusão	360
Referências	361
SOBRE OS AUTORES	363